



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA Nº. 9/96 2ª. REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 1996 23 de Maio de 1996

Os trabalhos foram declarados abertos às 21.30 horas.

Mesa: Miguel Paulo Nunes de Mendes Gabriel.

Joaquim Marques.

Vitor Manuel Lopes de Andrade.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Senhores Mário Ventura Henriques, António Filipe, Tremço de Brito, Marques Pedrosa, Carlos Reis, Catolino Pinto, Eduardo Raimundo, a Senhora D^a Isabel Ferreira, os Senhores Jaime Garcia, Luis Francisco e Rui Amendoeira, conforme consta da relação anexa.

I - ORDEM DE TRABALHOS

O Senhor Presidente da Mesa, com base num Parecer da Comissão de Administração Geral e Finanças e em duas Propostas da Comissão Permanente, solicitou à Assembleia a inclusão de dois pontos na Ordem de Trabalhos. Dado a Sessão ser Ordinária, o Código do Procedimento Administrativo e o Regimento permitem a inclusão de pontos na Ordem de Trabalhos, desde que dois terços dos Membros em efectividade de funções, o aprovem.

De seguida, colocou a Proposta (A), apresentada pela Comissão Permanente, à admissão, sendo admitida por unanimidade dos 28 Membros presentes.

Não havendo intervenções, foi a proposta colocada à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 28 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

Após esta votação, o Senhor Presidente da Mesa informou que o Ponto 4 da Ordem de Trabalhos, passaria a Ponto 5 e o Ponto aprovado para 4.

De seguida, informou que a Comissão de Administração Geral e Finanças apresentou um Parecer que passou a ler (Documento anexo à presente Acta). Informou ainda, que com base naquele Parecer, a Comissão Permanente apresentou uma Proposta (B), que passou a ler.

De seguida, colocou-a à admissão, sendo admitida por unanimidade dos 28 Membros presentes.

Após esta votação, interveio o Senhor Guilherme Guimarães e não se verificando mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou a Proposta (B) à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 28 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

Face às deliberações tomadas, a Ordem de Trabalhos ficou ordenada da seguinte forma:

2 - Apreciação para aprovação, nos termos das alíneas i) do n.º 2 do Art.º 39.º do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da CMA relativa à *"Cedência de Terrenos para a construção de Habitação de custos controlados a adquirir pela Autarquia"*;

3 - Apreciação para aprovação, nos termos das alíneas e) do n.º 2 do Art.º 39.º do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da CMA relativa à *"Contratação de Financiamento destinado à aquisição de fogos ao abrigo do PER"*;

4 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea i), do n.º 2, do art.º 39.º do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da CMA relativa *"A autorizar a CMA a adquirir a totalidade dos fogos construídos nos sete lotes de terreno cedidos para a construção de habitação de custos controlados integrados no Concurso Público n.º 001/GPER/96, fogos estes adquiridos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de Maio e legislação complementar"*.

5 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea e) do n.º 2 do Art.º 39.º do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, com a redacção que lhe foi introduzida pela Lei n.º 18/91, de 12 de Junho, da proposta da Câmara relativa à *"Contratação de empréstimo de curto prazo"*.

6 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 39.º do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa ao *"Relatório de Actividades e Conta de Gerência da C.M.A. do ano de 1995"*.

II - APROVAÇÃO DE ACTAS

Foram colocadas à consideração da Assembleia as Actas n.ºs. 6 e 7/96.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

De seguida, foram as mesmas colocadas à discussão, intervindo os Senhores Guilherme Guimarães para referir, que a sua intervenção na Acta nº 6/96, não está conforme, pelo que solicita que seja alterada, entregando para o efeito, um documento com a devida alteração (Anexo à referida Acta).

Interveio de seguida o Senhor Aníbal Ramos para solicitar, que na mesma Acta, fosse referido o local onde se realizou a Sessão.

O Senhor Alves Nunes, interveio para referir que na sua intervenção, constante na página dez da mesma Acta, a palavra "Sintra" deverá ser rectificada para "Amadora".

Após estas intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou a Acta nº 6/96, com as alterações introduzidas, à votação, sendo aprovada por maioria com 22 votos a favor e 3 abstenções.

III - CORRESPONDÊNCIA

Foi lido o resumo constante da folha que se anexa com esse título.

IV - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se verificou qualquer intervenção neste período.

VI - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

O Senhor Presidente da Mesa, informou que estavam abertas as inscrições para intervenção neste período, tendo-se inscrito os Senhores Armando Paulino, Manuel Jerónimo, José Teodoro, Galhanas da Luz, Henrique Lourenço, Guilherme Guimarães, as Senhoras D^a. Maria Antónia Taborda e D^a. Maria Luisa Jubilado, os Senhores João Nascimento e Joel Monteiro.

O Senhor Armando Paulino, na sua intervenção falou sobre a situação dos moradores do Palácio da Brandoa, dizendo que estão mal realojados e em situação complicada sob o ponto de vista social; que estão numa pensão, com custos elevadíssimos para a Câmara. Por fim, referiu que se continua sem saber o que vai acontecer às famílias e perguntou quando estas irão ser realojadas.

O Senhor Manuel Jerónimo, na sua intervenção, disse que está solidário com a intervenção anterior e com as famílias que se encontram naquela situação; que a Câmara tem o dever moral e ético de resolver situações desta natureza. Por fim,

justificou a sua ausência nas Sessões do 25 de Abril e anterior, devido à deslocação que efectuou à Guiné para assistir à primeira Assembleia Constituinte de uma associação de protecção aos idosos daquele País.

O Senhor José Teodoro, na sua intervenção, leu uma Declaração Política em nome da bancada do PSD (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Galhanas da Luz, na sua intervenção, falou sobre as preocupações apresentadas, quer na Sessão da Damaia, quer na presente, pelo Presidente da Junta de Freguesia da Brandoa, no que diz respeito às famílias do Palácio da Brandoa; que este problema já se arrasta há bastante tempo; que no primeiro ou segundo Mandato, este problema foi focado por si e por outro Membro da Assembleia; que visitaram o local, sendo as condições, já na altura, degradantes, pelo que apelou à resolução do problema daquelas famílias; a Feira da Brandoa, dizendo que, aquando da realização desta feira, os espaços verdes são utilizados para estacionamento de carros; que devido a esta situação aquela zona está cada vez mais degradada, pelo que apelou à Câmara que chame a atenção da Polícia para tomar em conta esta situação; o espaço entre a Colina do Sol e a Azinhaga dos Besouros, dizendo que se encontram estacionadas várias viaturas, algumas em mau estado, dando a ideia que ali existe um "stand" ao ar livre; que aquele espaço foi arranjado para actividades desportivas, mas raramente foi utilizado, e agora com aquelas viaturas, o espaço está cada vez mais degradado. Por fim, pensa que esta situação ocorre, devido a uma oficina que ali se encontra, pelo que apela à Câmara que tome as devidas medidas no sentido de resolver aquela situação.

O Senhor Henrique Lourenço, na sua intervenção, falou sobre a Declaração proferida pelo Senhor José Teodoro.

O Senhor Guilherme Guimarães, na sua intervenção, falou sobre a Declaração Política do Senhor José Teodoro, dizendo que estas declarações, como é obvio, são inteiramente legítimas e até salutaras, de uma maneira geral; que o Senhor José Teodoro, com aquela intervenção, perdeu uma oportunidade de não vir brincar com esta Assembleia; que só pode aceitar aquela intervenção como uma brincadeira para esparecer algum frenesim, ou algum "nervoso miudinho, em vésperas de uma escolha eleitoral que o PSD tem de fazer amanhã"; que seria desculpável se o assunto não fosse tão sério; que não pode admitir que se venha brincar com assuntos daquela gravidade. Por fim, gostaria que o Senhor José Teodoro dissesse, perante a



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Luisa Jubilado' and 'Jaw'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Assembleia, se o PSD condena ou não o que se passou em Sacavém, assim como, de quem é a responsabilidade do que se passou, e ainda, do que se passou em várias localidades, como na Ponte 25 de Abril, etc.

A Senhora D^a. Maria Antónia Taborda, na sua intervenção, falou sobre a intervenção do Senhor José Teodoro, dizendo que esta é absurda e caricata, pois não se pode imprudentemente culpar os outros dos nossos próprios erros, pois o que aconteceu no Posto de Sacavém já vem de longe, dos Governos anteriores, uma vez que houve outras situações nesse Posto, as quais foram denunciadas sem que nada fosse feito pelos Governos do PSD. Por fim disse, que julgar sete meses pela negligência de dez anos, é pelo menos caricato.

A Senhora D^a. Maria Luisa Jubilado, na sua intervenção, disse que não subscreveu a Declaração Política do Senhor José Teodoro, mas que estava de acordo com ela; que lhe faz lembrar os novos ricos, pois como eles, são ostensivos e como eles não têm, discernimento para analisar as situações; que este Governo se tem pautado por uma série de desgovernos que estão a acontecer no País, tais como, a falta de pensamento de Estado, desautorização do Ministério da Administração Interna e da hierarquia policial, com a correspondente perca de autoridade do Senhor Primeiro-Ministro, a falta de prudência em relação à conflitualidade, o desemprego a subir em flecha com o correspondente recrudescimento da agitação social, tomada de decisões de carácter restritivo, que geram sentimentos de injustiça como o caso das FP/25. Por fim, a política de factos consumados indo apenas de acordo com os patrões, contra os direitos adquiridos dos trabalhadores, com a pior lei de trabalho até hoje apresentada depois do 25 de Abril.

O Senhor José Teodoro voltou a intervir para dizer que, tanto ele como a sua bancada, assumem a Declaração Política apresentada e repudiam veementemente o que ocorreu, pensando que qualquer pessoa de bom senso, percebeu e entendeu que o PSD repudiou tudo aquilo que aconteceu; que as culpas devem ser imputadas hoje, aos mesmos órgãos, às mesmas entidades e às mesmas pessoas que foram no passado quando o PS era oposição. Por fim, referiu que as intervenções do PS foram profundamente desrespeitosas e até impúdicas, as quais deveriam, ter mais sensibilidade pelos familiares da pessoa que foi morta num interrogatório sumário, o qual teve requintes de malvadez, na medida em que, depois de ser morta ainda foi

decapitada, pelo que o PS deve sentir mais responsabilidades e mais respeito pelas pessoas a quem estão a acontecer estas situações.

O Senhor João Nascimento, na sua intervenção, falou sobre a Declaração Política do PSD, dizendo que a CDU nada tem contra as declarações políticas que cada força política apresenta, pois é seu direito; que podem discordar com o conteúdo da declaração política e emitir a sua opinião; que há coisas demasiado sérias, como os problemas da GNR de Sacavém, que não podem ser tratadas de ânimo leve; que não defende este Governo, mas na vigência do Governo anterior houve casos, como a morte de uma pessoa de raça cigana, em Matosinhos, ou os acontecimentos na Marinha Grande, e na Ponte 25 de Abril; que se devem defender opiniões políticas; que estas situações devem levar-nos todos a pensar no tipo de autoridade que temos, e no tipo de preparação que é dada aos agentes de autoridade; pensa que é da responsabilidade de todos e que deveria haver mais seriedade quando são levantadas estas questões.

O Senhor Manuel Jerónimo, na sua intervenção, falou sobre a intervenção do Senhor José Teodoro, dizendo que este referiu uma vez a necessidade de dar dignidade a esta Assembleia; que vir ler um documento com este conteúdo não presta nenhum contributo para a dignidade da mesma, perguntando se foi em seis meses que Portugal ergeu a bandeira do terceiro mundismo e se será que este Governo é que formou este quartel da GNR de Sacavém; que este Governo substituiu, em quarenta e oito horas, a GNR pela PSP, tendo a população mostrado agrado por esta mudança; que o desemprego está a aumentar, mas este aumento deve-se à má governação do PSD. Por fim, que a intervenção do Senhor Teodoro foi de um conteúdo tão baixo que não dignifica esta Assembleia nem os seus Membros.

O Senhor Joel Monteiro, na sua intervenção, falou sobre as Portas de Benfica, dizendo que saiu uma notícia no jornal, em que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Benfica fez algumas declarações, no sentido de que em breve seria assinado um protocolo com vista à recuperação das mesmas; que deverão ser transformadas em museu, galeria de exposições e outros usos; tendo revelado que já tem uma verba orçamentada para esta recuperação; que os torreões das Portas de Benfica são considerados património da Amadora; que vão ser utilizados por colectividades de Lisboa e o museu é da Câmara Municipal de Lisboa; que as



Manuel Vieira
Armando Paulino
João

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Câmaras da Amadora e de Lisboa deverão reunir para discutir este problema. Por fim, que este monumento é do concelho da Amadora e por este deverá ser recuperado.

Após esta intervenção, usou da palavra o Senhor Vereador Manuel Vieira, em substituição do Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos Membros da Assembleia, tais como, o Palácio da Brandoa, dizendo que foi constituída uma Comissão, dirigida pelo Senhor Vereador responsável pelo Pelouro da Habitação-Obras Particulares; que foi enviada uma notificação aos proprietários tendo em vista a execução das obras necessárias, conforme a Vistoria que foi feita ao Palácio; que a Protecção Civil irá apoiar as famílias, tendo-se feito contactos, junto da Secretaria de Estado, para se tentar resolver a situação; que se irá dando conhecimento à Assembleia de todas as diligências a efectuar sobre este assunto; a Feira da Brandoa; o estacionamento da Azinhaga dos Besouros, e por fim, sobre as Portas de Benfica, dizendo que foram realizadas várias diligências, mas que nunca tiveram êxito. Referiu também, que iria colocar o assunto ao Senhor Presidente da Câmara para tentar resolver esta situação.

O Senhor Armando Paulino, voltou a intervir para falar sobre o realojamento das famílias do Palácio da Brandoa, dizendo que a Câmara está a substituir uma entidade no que respeita ao realojamento destas famílias, pelo que perguntou se a Câmara deu o tratamento correcto a este assunto, logo após o realojamento provisório das famílias, ou se alguém travou o processo, ou não o encaminhou convenientemente, e se esse alguém está a fazer com que a Câmara sofra um prejuízo de milhares de contos, quando não lhe compete o realojamento, mas sim à Secretaria de Estado e Ministério da Solidariedade Social. Por fim, perguntou se essas entidades foram ou não contactadas, logo a seguir à catástrofe.

O Senhor Vereador Manuel Vieira, em substituição do Senhor Presidente da Câmara, voltou a intervir, para dizer que saberá o resultado da questão colocada, quando a Câmara o decidir, pois esta está a tratar do assunto, tentando resolvê-lo.

Após esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, deu este período por encerrado.

VII - PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS

2 - Apreciação para aprovação, nos termos das alíneas i) do n.º 2 do Art.º 39.º do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas

pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da CMA relativa à *"Cedência de Terrenos para a construção de Habitação de custos controlados a adquirir pela Autarquia"*;

O Senhor Presidente da Mesa informou que a Comissão de Urbanismo se reuniu para analisar esta matéria e que, devido a não levantar dúvidas, pois era uma questão pacífica, decidiu não emitir qualquer parecer escrito, sendo feito verbalmente pelo porta-voz da Comissão, o Senhor Francisco Mota.

De seguida, o Senhor Francisco Mota interveio, dizendo que este foi um ponto da Ordem de Trabalhos de tal maneira pacífico que a Comissão na altura, se congratulou pela rapidez do começo da execução do PER e a Comissão limitou-se a concordar com a proposta da CMA.

Após esta intervenção, intervieram os Senhores Aníbal Ramos e Vereador Fernando Pereira, em substituição do Senhor Presidente da Câmara, para dar as devidas explicitações.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a proposta à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 22 Membros Presentes (Documento anexo à presente Acta)

3 - Apreciação para aprovação, nos termos das alíneas e) do n.º 2 do Art.º 39.º do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da CMA relativa à *"Contratação de Financiamento destinado à aquisição de fogos ao abrigo do PER"*;

O Senhor Presidente da Mesa informou que a Comissão de Administração Geral e Finanças se reuniu para apreciar e emitir um Parecer sobre esta matéria, que passou a ler (Documento anexo à presente Acta).

De seguida, informou que estavam abertas as inscrições para intervenção sobre esta matéria e não havendo intervenções, colocou a proposta da CMA à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 23 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

4 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea i), do n.º 2, do art.º 39.º do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da CMA relativa *"A autorizar a CMA a adquirir a totalidade dos fogos construídos nos sete lotes*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

de terreno cedidos para a construção de habitação de custos controlados integrados no Concurso Público nº 001/GPER/96, fogos estes adquiridos ao abrigo do Decreto-Lei nº 163/93, de 7 de Maio e legislação complementar".

O Senhor Presidente da Mesa informou que o Parecer da Comissão de Administração Geral e Finanças, para o ponto 3 da Ordem de Trabalhos é extensivo a este ponto.

De seguida, informou que estavam abertas as inscrições para intervenção sobre esta proposta e não havendo intervenções, colocou-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 24 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

5 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea e) do nº 2 do Artº 39º do Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março, com a redacção que lhe foi introduzida pela Lei nº 18/91, de 12 de Junho, da proposta da Câmara relativa à "*Contratação de empréstimo de curto prazo*".

O Senhor Presidente da Mesa informou que o Parecer da Comissão de Administração Geral e Finanças, já lido e distribuído a todos os Membros da Assembleia (Documento anexo à presente Acta).

De seguida, informou que estavam abertas as inscrições para discussão da proposta, tendo-se inscrito os Senhores Guilherme Guimarães e Vereador Fernando Pereira, em substituição do Senhor Presidente da Câmara, para dar as devidas explicitações.

Não havendo mais intervenções, colocou a proposta à votação, sendo aprovada por maioria com 25 votos a favor e 1 abstenção (Documento anexo à presente Acta).

6 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea c) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa ao "*Relatório de Actividades e Conta de Gerência da C.M.A. do ano de 1995*".

O Senhor Presidente da Mesa informou que a Comissão de Administração Geral e Finanças reuniu para apreciar esta matéria, tendo emitido um Parecer, que leu de seguida.

Seguidamente, informou que estavam abertas as inscrições para discussão do Parecer e não havendo intervenções, colocou-o à votação, sendo admitido por unanimidade dos 26 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

Após esta votação, disse que por falta de documentação este ponto não poderia ser discutido pelo que interrompeu a Sessão.

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa, deu a Sessão por encerrada às 23.15 horas.

João Roberto
Leandro
João